



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7365 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

MEDIAÇÃO ESCOLAR E CUIDADO: QUEM É E O QUE FAZ O(A) MEDIADOR(A)?

Roberta Pinheiro Piluso - UERJ/PPFH - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Giovanna Marafon - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

MEDIAÇÃO ESCOLAR E CUIDADO: QUEM É E O QUE FAZ O(A) MEDIADOR(A)?

Este trabalho problematiza a mediação escolar de crianças e adolescentes em situação de inclusão, por meio das relações de cuidado e da ferramenta analítica da interseccionalidade. A problemática tem como ponto de partida metodológico inquietações advindas de duas experiências: na Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em uma seccional da Ordem dos Advogados (CDPD-OAB), com mães e cuidadoras/es de pessoas com deficiência; e na extensão universitária com formação continuada para a inclusão educacional, em um campus de uma universidade pública situada na periferia.

Tanto na CDPD-OAB quanto na extensão universitária, percebemos dúvidas e incertezas quanto à atribuição e o fazer do(a) mediador(a) escolar. Na CDPD-OAB, as dúvidas jurídicas vão desde a obrigação da escola pagar ou não pela mediação, passando pela qualidade da mesma, chegando até as atribuições de quem realiza esse trabalho. A maior parte dos questionamentos advém das mães de crianças e adolescentes em situação de inclusão escolar; havendo ausência dos pais nessa questão. Nas atividades de extensão, desenvolvidas desde 2016, as dúvidas sobre a atividade de mediação partem de profissionais da educação e estudantes de pedagogia, que atuam como: professoras, coordenadoras pedagógicas, supervisoras, agentes de apoio à inclusão e de educação especial, entre outras.

Percebemos que as participantes do projeto, bem como na OAB as interessadas pelo tema, são mulheres, especialmente em alguma relação de cuidado com pessoas com deficiência. Até 2019, toda a equipe do projeto de extensão e as participantes da comunidade eram mulheres – mães ou familiares cuidadoras de crianças ou adolescentes com deficiência, ou profissionais de educação que trabalham diretamente com a deficiência. Nesse sentido, o cuidado é um aspecto fundamental do trabalho com crianças, jovens e adultos com deficiência, e o trabalho de mediação é atravessado pelo cuidado - majoritária e culturalmente realizado por mulheres. Especialmente na escola básica, o fazer educacional também é composto majoritariamente por mulheres. A mediação escolar cria conexões (entre pessoas e com objetos), amplia a autonomia, ajuda a fazer (evitando fazer no lugar do outro – questão ponderada com cuidado), adapta materiais, planeja atividades junto a(o) docente regente e, não menos importante, deve ser parte da escola.

Como referencial teórico, evocamos o modelo social da deficiência a partir de um olhar interseccional, que permita ainda compreender quem são as pessoas que estão exercendo funções de cuidado e mediação. Para o modelo social, a deficiência não é um problema individual, ou condição puramente biológica, mas que encontra barreiras na própria sociedade que não é adaptada à diversidade dos corpos. Nesse contexto, a deficiência é uma construção social pouco sensível à diversidade corporal, na qual existe uma gradação da corporalidade em virtude da ideia de normalidade, da qual a pessoa deficiente destoa (MELLO, NUERNBERG, 2012), sendo ressaltada a participação da sociedade na construção da própria deficiência e na atribuição de um valor negativo a ela (DINIZ, 2012).

Em que pese a existência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, com abrangência nacional, válida para qualquer instituição escolar, algumas redes de ensino não assumem essa responsabilidade e parecem produzir barreiras à perspectiva inclusiva. Em vários lugares, o profissional de apoio vem sendo chamado "mediador/a", função não totalmente compreendida e sem maiores definições no âmbito da legislação, o que tem suscitado discussões. Os relatos das participantes da extensão é que, em diversas redes municipais, são contratados estagiários/os para atuar junto a estudantes em situação de inclusão, frequentemente sem formação em licenciaturas e sem apoios ou supervisão, evidenciando tais ações como uma saída precária da gestão escolar e das políticas de educação para a educação inclusiva.

Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI/2015) não traz o termo "mediador/a", tampouco define suas atribuições, em que pese o profissional "mediador/a" ser figura presente em muitas escolas no país. A LBI menciona "profissional de apoio escolar" em seu artigo 3º, VIII, como a pessoa que realiza "atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas". Frequentemente sobressai a ideia de apoio geral em detrimento da especificidade pedagógica da mediação. A legislação contemporânea não explicita como se configuram as relações entre mediador, escola e família, deixando a critério da própria prática escolar e da jurisprudência as possíveis atribuições dos profissionais.

Embora existam projetos de lei para regulamentar a profissão de "mediador/a", não há uma norma em nível nacional que uniformize a questão, o que ocorre também com a profissão de cuidador/a(s). Assim, muitas vezes a questão acaba sendo encaminhada para resolução em âmbito judicial. Como o profissional de apoio escolar está elencado na legislação e, consoante à jurisprudência mais recente do STF, escolas públicas e particulares são obrigadas a matricular alunos/as com deficiência sem cobrança de custo adicional, muitas famílias conseguem judicialmente a presença de um mediador/a para as crianças com deficiência. Contudo, ainda que o/a mediador/a esteja presente fisicamente, restam dúvidas sobre as atribuições e o modo como é realizada a mediação escolar.

Nesse contexto, a análise do cuidado e da mediação não podem prescindir de uma abordagem de gênero, pois as mulheres fazem cerca de 75% do trabalho de cuidado não remunerado no mundo. Ainda, as maiores desigualdades são reproduzidas na convergência entre gênero, raça e classe. Pensando com a *ferramenta analítica* da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018), os padrões de quem cuida (cuidadoras) são correspondentes aos padrões de hierarquias de gênero, raça e classe. Entre as pessoas que cuidam, há maior incidência de mulheres, negras e de camada mais pobre da população, realidade também observada na mediação escolar.

Por isso, discutir mediação vai além da regulamentação de uma nova profissão ou

função, sobretudo por envolver concepções de deficiência, de mediação escolar e cuidado que são praticadas, considerando ainda as relações de interdependência entre pessoas com e sem deficiência. Principalmente a crítica feminista ao modelo social da deficiência oferece importantes reflexões para pensar a interdependência e o cuidado como fundamentais e inerentes a toda e qualquer vida humana. E permite ver intersecções entre opressões de gênero, raça e classe para compreender quem realiza e como acontece o trabalho de cuidado e ou de mediação. As experiências narradas no âmbito da OAB e da formação continuada operam como dispositivos de processos de (trans)formação (CARIJÓ et al, 2019), produzindo questionamentos e a reinvenção de concepções e práticas inclusivas.

Palavras-chave: Deficiência. Cuidado. Mediação escolar. Inclusão. Interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Justificando, 2018.

DINIZ, D. *O que é deficiência.* São Paulo: Brasiliense, 2012.

KAUFMAN, N.; TABAK, S. Inclusão e mediação escolar: norteadores para uma prática ética. *Educação Online*. Rio de Janeiro, n. 22, 2016, p. 27-42.

MELLO, A. G; NUERNBERG. A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2012, p. 635-655.

CARIJÓ, M. et al. *Narrativas (per)formativas em psicologia da educação a respeito de deficiência e inclusão.* In: *Narrativas e psicologia da educação: pesquisa e formação.* São Paulo: Terracota, 2019, p. 121-132.